

CICLO DE DEBATES – JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

2ª Reunião Preparatória – 15/4/2015 – 10 horas – Sala de Reuniões da GPI

Órgãos e entidades presentes	• Associação Mineira de Municípios – AMM • Caixa de Assistência à Saúde da Universidade – CASU-UFMG • Conselho Municipal de Saúde – Belo Horizonte • Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – Coren-MG • Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais – CRF-MG • Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas Gerais – Crefito-4 • Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG • Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de Minas Gerais – Federassantas • Instituto Brasileiro de Estudo e Desenvolvimento do Setor de Saúde – Ibedess • Núcleo de Atendimento à Judicialização da Saúde – Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais • Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES • Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – SMSA • Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Minas Gerais • Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG • Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde • Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG • Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG
Parlamentares e assessorias	• Deputado Antônio Jorge • Deputado Doutor Wilson Batista • Assessoria do Deputado Arlen Santiago • Assessoria do Deputado Bonifácio Mourão • Assessoria do Deputado Doutor Wilson Batista • Assessoria do Deputado Glaycon Franco
Assessoria ALMG	• Gerência-Geral de Apoio às Comissões – Gerência de Apoio a Eventos das Comissões • Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Saúde, Trabalho e Assistência Social • Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Direito Constitucional e Administração Pública • Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – Gerência de Jornalismo • Gerência-Geral de Projetos Institucionais • Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – Gerência de Relações Públicas • Gerência-Geral de Rádio e Televisão – Gerência de Reportagem
Pauta Prevista	• Abertura • Apresentação dos convidados

2ª Reunião Preparatória – 15/4/2015 – 10 horas – Sala de Reuniões da GPI

	• Apresentação da GPI – Construção dos eventos institucionais pela ALMG • Apresentação da GRPC – Apresentação de atuação e cronograma para produção das peças de comunicação • Sugestões de objetivos para o Ciclo de Debates • Apresentação de Proposta de Sistematização Temática do Ciclo de Debates • Marcação da próxima reunião preparatória • Encerramento
Transcurso da reunião / pontos importantes	• Coordenação da reunião: deputado Wilson Batista e deputado Antônio Jorge. • Breve apresentação dos participantes: nome e instituição que representa. • Foi apresentada a sugestão de objetivos gerais e de programação sistematizada pela equipe técnica a partir das propostas apresentadas na reunião anterior, e ressaltado seu caráter de sugestão. • Comentou-se que a proposta abordou bem os aspectos jurídicos e que faltaram aspectos sanitários, e sugeriu-se que o painel 2, que trata da medicina baseada em evidências, seja ampliado para abordar mais temas. • Foi informado aos participantes que as temáticas definidas para o ciclo de debates também serão abordadas no interior do Estado, em audiências públicas da Comissão de Saúde que buscarão reunir os gestores de saúde municipais e farão um levantamento dos principais problemas, para serem debatidos no sentido da busca de soluções no evento final. • Sugeriu-se que se disponibilize um espaço para módulos de opiniões de especialistas, que seja um espaço de tema livre para que os técnicos falem sobre o que julgarem mais importante. • Foi sugerida a utilização do espaço do saguão da ALMG para exposição de pôsteres de pesquisas científicas atinentes à temática durante a realização do evento. • Foram lidos as sugestões de objetivos, e comentou-se que há espaço para a inclusão de mais objetivos. Foi sugerida a inclusão de um objetivo sobre a forma de remuneração praticada hoje pelo SUS. • Foi comentada a dificuldade do acesso a informações e criticada a página de internet do Ministério da Saúde; por exemplo: para saber se um medicamento é incorporado ou não deve-se ler os protocolos, e não há como pesquisar a partir do nome do medicamento. Sugeriu-se que se debata essa temática: como melhorar o acesso a informações, tanto para a população quanto para os operadores da saúde e da justiça. • Foi ressaltado que há tecnologias para gerar a transparência das informações, e afirmou-se que seria uma grande contribuição se o governo do Estado uniformizasse e disponibilizasse todos os status das ações e procedimentos. • Foi informado que o judiciário está discutindo a criação de mediação e conciliação prévia, para que as demandas possam ser solucionadas sem abertura de processo. • Foi relatada a iniciativa de sucesso de parceria público-privada entre a Federação Nacional das Cooperativas Médicas – Fencom – e a prefeitura de Belo Horizonte para a realização de alguns procedimentos cirúrgicos que não eram remunerados da maneira adequada, resolvendo a questão de revisão dos valores de tabela e da distribuição do dinheiro do SUS. • Mencionou-se que há 90 mil processos na área de saúde e cerca de 30 liminares pré-fabricadas diárias, e comentou-se as

2ª Reunião Preparatória – 15/4/2015 – 10 horas – Sala de Reuniões da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes

difficultades do juízes, que estão na posição de serem os últimos a errar em questões relacionadas à vida humana, cujo valor não pode ser dimensionado e é tomado como supremo pela Constituição. No entanto, há muitos direitos constitucionais ainda não garantidos; o cidadão tem o direito de buscá-los na justiça, mas isso tem um custo para a comunidade, em gastos públicos, e infelizmente na área da saúde ainda se soma a questão do interesse mercantil da indústria.

- Foi relatado que o número de servidores públicos da saúde em relação ao total da população é baixo para um atendimento integral, e sugerido que as soluções não podem ser imediatistas, como foi o caso do “Mais Médicos”, mas devem incluir a criação de um plano de carreira para os médicos, garantindo não só a remuneração mas também a qualificação.
- Foram apresentadas as seguintes propostas para a questão da judicialização da saúde: fomentar a eficácia da gestão; criar mecanismos de oitiva da população; aplicar a teoria dos diálogos constitucionais, que traz um modelo não adversarial; e criar as câmaras técnicas em municípios, similares a algumas iniciativas já implementadas e inspiradas em modelos internacionais.
- Foi apontado que há médicos em número suficiente no país, mas muitos não estão dispostos a trabalhar pela remuneração oferecida pelo SUS.
- Foi sugerida a incorporação das operadoras da saúde suplementar na temática e nos objetivos do evento, uma vez que os problemas em questão não impactam apenas a saúde pública.
- Relatou-se que muitos procedimentos de alta complexidade de usuários do sistema suplementar têm sido feitos no SUS, gerando questões complexas de ressarcimento, e afirmou-se que os exemplos chileno e holandês podem ser muito úteis para nós, uma vez que esses países possuem uma lista única de procedimentos para o sistema público e o sistema suplementar.
- Relatou-se a iniciativa de criação de um Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde – Nats – junto ao TJSP, com ligeiras diferenças em relação ao trabalho feito em Minas, priorizando a mediação e os procedimentos de urgência e emergência.
- Solicitou-se uma ampliação do debate em relação à questão do fornecimento de medicamentos, propondo-se debater o financiamento da assistência farmacêutica.
- Sugeriu-se a participação e parceria dos diversos conselhos de classe (de Medicina, Farmácia e outros) nas câmaras de conciliação prévia, e que elas sejam implementadas de acordo com as comarcas do Judiciário e com as Gerências Regionais de Saúde – GRS no Estado.
- Foi ressaltada a importância de estabelecer uma Comissão de Farmácia e Terapêutica estadual para atuar frente a judicialização.
- Foi proposto que se debata o reflexo da priorização e fortalecimento da atenção primária/básica em relação à judicialização, tendo como exemplo as experiências exitosas, tanto no país quanto internacionais.
- Colocou-se a necessidade de inclusão de mais profissionais de saúde e de farmacêuticos nas equipes multiprofissionais, que no Programa Saúde da Família, por exemplo, estão limitadas a dois ou três profissionais.

2ª Reunião Preparatória – 15/4/2015 – 10 horas – Sala de Reuniões da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes

- Foi relatado o caso de uma criança que foi levada aos EUA para o transplante de seis órgãos, que é algo impraticável e não deveria uma opção plausível, mas foi conseguida na justiça devido à interpretação dada à integralidade; foram relatados também casos de pacientes que passam anos em UTIs, gerando gastos injustificáveis.
- Relatada experiência da Fundação Sesp, que nos anos 40 enviava equipes multiprofissionais de saúde para regiões remotas, o que é um tipo de iniciativa que deveria ser resgatada.
- Foi sugerida a primeira palestra magna aborde o tema “Histórico da judicialização em MG”; propôs-se então que a palestra trate do cenário nacional com enfoque especial para Minas, e que seja convidado representante do CNJ, sendo sugerido o nome da Conselheira Deborah Ciocci.
- Foi afirmado que precisamos tratar a melhoria da carreira de todos os profissionais que trabalham no SUS – tanto no nível estadual quanto no federal, em que se pode pelo menos provocar a discussão –, e não apenas a carreira dos médicos, como foi mencionado.
- Relatou-se que a AMM recomenda aos municípios mineiros que não paguem o piso salarial nacional para os agentes da atenção básica; a AMM justifica a recomendação pela falta de recursos e pela ausência de regulamentação da Lei, o que garantiria o repasse de recursos da União para pagar o piso.
- Foi sugerido que o evento proponha compilar as estatísticas de judicialização, estabelecendo as proporções de quantos casos se dão por medicamentos, por procedimentos cirúrgicos, por falta de equipamentos para exames, etc., com o objetivo de nortear as estratégias e políticas públicas.
- Foi mencionada a necessidade de incluirmos a representação da Fundação Ezequiel Dias nesse coletivo.
- Foi colocada a questão de que grande parte das pessoas que judicializam teriam condições de arcar com os custos enquanto muitas pessoas sem recursos morrem sem judicializar; um dos objetivos deveria ser a busca de critérios para triagem dos casos, para que não continue a situação de uns sem direitos e outros judicializando sem necessidade.
- Com relação a equipamentos, afirmou-se que não basta adquiri-los sem preocupação de estrutura (equipes e manutenção) e resultados; no Brasil, ocorrem doações de equipamentos e ambulâncias para os municípios sem essas considerações, gerando às vezes sucateamento sem utilização alguma.
- Foi mencionada análise realizada em São Paulo sobre as conexões entre atores como pacientes, médicos, laboratórios, medicamentos e judiciário, em que se demonstrou a presença de certos atores em mais casos de judicialização. Propôs-se debater as relações entre empresas e profissionais da saúde e do judiciário, ou pelo menos deixar o levantamento feito em SP disponível para os participantes do evento.
- Mencionou-se pesquisa feita em São Paulo sobre a judicialização que mostrou que 60% dos casos se referem a medicamentos, 20% a material, 10% a nutrição e 10% a procedimentos cirúrgicos.
- Mencionou-se que o TCE e seus membros possuem trabalhos acadêmicos e estatísticos sobre os impactos orçamentários da judicialização, como a desalocação de recursos – foram R\$ 34 milhões em 2009, e houve um salto para R\$ 61 milhões em 2010.
- Foi sugerida a inclusão da questão estatística e do impacto desalocativo no orçamento no painel 3, e apresentou-se o

2ª Reunião Preparatória – 15/4/2015 – 10 horas – Sala de Reuniões da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes

nome do presidente do TCE para ser expositor.

- Foi proposta a discussão do planejamento orçamentário, buscando uma revisão dos percentuais que são alocados nas diversas áreas da saúde; foi relatada a dificuldade da área de vigilância ambiental, essencial para a prevenção em saúde, que tem recebido apenas 2% do orçamento da saúde.
- Foi apresentado um esboço do perfil das demandas judiciais no Estado: medicamentos, internações (urgência e emergência), procedimentos (desde mais simples até aos complexos, padronizados ou não no sistema) e solicitações de internações compulsórias de usuários de álcool e drogas.
- Afirmou-se que é visível a questão do *lobby* da indústria pela incorporação de medicamentos, mas que não se pode dizer que esse seja o principal problema: foram mencionados os furos assistenciais e o sentimento de urgência das famílias (nem sempre comprovado clinicamente).
- Mencionou-se o projeto do grupo de Pesquisa em Economia da Saúde, da Faculdade de Medicina da UFMG, recentemente aprovado no Ministério da Saúde, de unificação das bases de dados do Sistema Único de Saúde; atualmente não se consegue, por exemplo, visualizar a linha de cuidado do paciente no sistema.
- Foi proposto que se debata a questão da individualização do tratamento: o SUS deveria trabalhar com a reserva do possível, priorizando o coletivo. Individualmente, discute-se o valor da vida, imensurável; mas é necessário garantir a sustentabilidade do sistema, considerando o todo.
- Afirmou-se que as normas operativas do SUS, que são nacionais mas pactuadas regionalmente, precisam de amadurecimento e de melhor hierarquização.
- Foi sugerido o tema das normas de operacionalização do SUS para a palestra magna “Direito à Saúde no Ordenamento Jurídico Brasileiro”.
- Foi apontado o problema da politização dessas regras, que com as trocas de gestão do executivo são utilizadas para favorecer regiões, municípios e hospitais em questões de referenciamento.
- Esclareceu-se que as normas operacionais são debatidas nas conferências e são gerais; a questão da politização deve ser tratada pelos órgãos fiscalizadores e o controle social, que devem denunciar os problemas para os órgãos competentes.
- Foi sugerido que o painel 1 aborde inicialmente as estatísticas da judicialização no Brasil e seu impacto, e a partir daí se discutam os temas já propostos.
- Foi manifesta preocupação com a recente decisão do STF de repercussão geral que instituiu a solidariedade entre os entes federados; era necessária que houvesse uma ressalva para que a solidariedade fosse fracionada em casos em que existe política pública.
- Afirmou-se que, juridicamente, não se discute a condição financeira para acesso ao SUS; o que se pode debater é o acesso igualitário ao sistema.
- Apontou-se que falta de regulação de prazo gera judicialização; se prazos estivessem estabelecidos e fossem cumpridos, o paciente não precisaria ir à justiça.
- Colocou-se que os hospitais filantrópicos têm hoje uma grande desconfiança e temor em celebrar qualquer tipo de contrato

2ª Reunião Preparatória – 15/4/2015 – 10 horas – Sala de Reuniões da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes	com o Estado, uma vez que não se tem mais a negociação de uma tabela de valores para os procedimentos, e o Estado paga posteriormente. Foi proposto que se debata o tema segurança na celebração de contratos a partir do princípio da segurança jurídica. • Foi proposta a realização de um quinto painel sobre a questão dos recursos humanos na área de saúde, abordada de forma multidisciplinar e contemplando temas como qualificação, remuneração, carreira e condições de trabalho. • Foi solicitado que se inclua no evento uma exposição sobre o histórico de decisões judiciais referendadas pela medicina baseada em evidências coletado pela Escola Paulista de Medicina, e sugerido o nome de Álvaro Atalla como expositor. • Foi proposta a realização de uma mesa redonda final com os palestrantes para que possamos embasar um consenso final num documento que possa servir de referência às diversas instituições envolvidas; apresentou-se um reparo sobre o escopo de um ciclo de debates, que tem como insumo o conhecimento e não possui um perfil propositivo; sua dinâmica é a de reunir especialistas sobre um tema ou recorte temático, abordando a diversidade, e seu produto pode ser um relatório técnico que reflete essa complexidade, não havendo disponibilização de tempos e espaços para a construção de um consenso. • Foi informado que a proposta de programação será redesenhada contemplando todas as propostas colocadas nessa reunião. • Foram passados os seguintes informes: ◦ O prazo para inscrição na Jornada da Saúde do CNJ se encerra hoje, dia 15 de abril. ◦ O TJMG promoverá um evento sobre Judicialização da Saúde em Alfenas no dia 24 de maio. ◦ O Instituto Rui Barbosa realizará o 1º Congresso Internacional sobre o Controle das Políticas Públicas, nos dias 6, 7 e 8 de outubro no Minascentro.
Próxima reunião	• Dia 29 de abril, quarta-feira, às 9h30, na sala de reuniões da GPI (Rua Martim de Carvalho, 94, 12º andar – Santo Agostinho – Prédio do Procon Assembleia).
Tarefas combinadas	• Solicitado às entidades parceiras que sejam trazidas sugestões de objetivos gerais e de temáticas para os painéis do evento para a próxima reunião, ou enviadas por e-mail para o endereço: gpi@almg.gov.br.